



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Fiscalização do Governo quanto ao aterro ilegal num lago e à sua ocupação ilegal

Recentemente, os média noticiaram que uma lagoa com 30 mil pés, situada perto do Templo de Tai Wong, na Povoação de Hac-Sá, se tinha transformado num terreno plano. Segundo a resposta da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), esta detectou tal situação durante uma inspecção ao local em causa no princípio deste ano e emitiu, em 22 e 24 de Janeiro, respectivamente, a ordem de suspensão e a ordem de embargo das obras ilegais, no entanto, o infractor ignorou as respectivas ordens, tendo mesmo acelerado a sua execução, incluindo o aterro na área aquática adjacente ao n.º 16 da Povoação de Hac Sá. Este caso apenas foi revelado, quando os média o noticiaram recentemente.

De facto, este caso não é o único. Já em 2009 aconteceu um caso semelhante nas Vivendas do Carmo, no qual, só depois das queixas de cidadãos e de associações de protecção ambiental, é que o Governo mandou suspender as obras ilegais e recuperou os terrenos ilegalmente ocupados, mas as obras de aterro já tinham causado danos no ambiente ecológico daquela zona. Agora, um caso semelhante voltou a acontecer, portanto, o Governo deve tirar os devidos ensinamentos e rever o mecanismo existente de fiscalização e tratamento desses casos.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

No âmbito da fiscalização dos recursos de solos, há ainda espaço para melhorias. A Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro (DSCC), no seu *website*, já apresentou, claramente, as suas funções no âmbito da topografia, incluindo “planear acções relativas à obtenção de fotografia aérea e terrestre, a fim de actualizar a cartografia de base” e “estudar, executar, orientar e fiscalizar todos os trabalhos de âmbito geodésico, cartográfico e topográfico da RAEM”, entre outras. Segundo a apresentação feita aos média pelo antigo director desses serviços, Chan Hon Peng, “os novos *softwares* que a DSCC agora utiliza permitem uma comparação rápida das imagens de satélite tiradas em diferentes momentos. Se detectamos algumas alterações nos terrenos existentes, por exemplo, a demolição de colinas das Ilhas, consultamos as respectivas informações e, se se comprovar que as obras não obtiveram a devida autorização, consideramos que os terrenos em causa foram ocupados ilegalmente e encaminhamos o caso para os serviços competentes, para efeitos de acompanhamento”, além disso, “só conseguimos uma imagem útil por aproximadamente meio ano ou até um ano, e as imagens de satélite compradas pelo Governo são mais precisas do que as tiradas do *Google*”¹. Tudo isto demonstra que a DSCC dispõe de técnicas suficientes para a fiscalização dos terrenos e que a mesma já coopera há anos com a DSSOPT, a qual é responsável pela gestão e fiscalização de terrenos e obras. Neste

¹ “DSCC recorre ao sistema de videovigilância para detectar casos de ocupação ilegal de terrenos”, in Jornal “Cheng Pou”, de 7/7/2012: <http://www.chengpou.com.mo/news/2012/7/7/26807.html>.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

sentido, a DSCC deveria ter proporcionado à DSSOPT um apoio técnico mais fiável.

Olhando para os dois casos acima referidos, verifica-se, porém, que no caso do aterro nas Vivendas do Carmo, este foi descoberto depois das queixas apresentadas pelos cidadãos e pelas associações de protecção ambiental e, no caso do aterro de uma lagoa no Templo de Tai Wong, na Povoação de Hac-Sá, a sua descoberta só aconteceu quando as autoridades inspeccionaram o local no início deste ano, só que, no final do ano passado, já a maior parte da lagoa em causa tinha sido aterrada. Segundo alguns deputados², uma grande área adjacente à referida lagoa e ao parque de campismo da Praia de Hac-Sá, descrita na planta cadastral como espaço verde, já mudou de tal forma que nem parece a mesma, encontrando-se aí acumulados materiais de construção e objectos, como se fosse um estaleiro. Após uma consulta das imagens de satélite do *Google* tiradas ao longo dos anos, verifica-se que, a partir de 21 de Outubro de 2015, uma área que fica atrás da Praia Hac-Sá, inscrita na DSCC como espaço verde (assinalada com um círculo vermelho na figura 3) foi transformada num estaleiro, o que demonstra que, desde aquela data, algumas pessoas começaram a alterar de forma gradual o espaço verde em Coloane, sem ninguém ter detectado. Tendo em conta as condições técnicas de que dispõe a DSCC, esta deveria ter detectado tal situação e diligenciado, em conjunto com a DSSOPT, no sentido

² “Lei Cheng I critica que a DSSOPT não cumpre as suas funções”, in Jornal “Ou Mun”, de 2/3/2018: http://macaudaily.com/html/2018-03/02/content_1247650.htm



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

de evitar o agravamento da situação, em vez de ficar sem fazer nada durante 3 anos até o caso ter sido descoberto pelos média. O caso encontra-se neste momento na fase de investigação, e é necessário aguardar pela divulgação da verdade por parte do Governo. No entanto, os serviços responsáveis pela gestão de terrenos, tais como a DSSOPT, têm de dar uma justificação aos cidadãos em relação ao funcionamento do mecanismo de fiscalização e notificação do estado dos terrenos.

Mais, embora a DSSOPT tenha mandado suspender as obras em causa no mês passado, o infractor ignorou-o e acelerou as obras de aterro, daí se verificar que é bastante insuficiente a capacidade da DSSOPT para suspender obras ilegais e, se tal situação continuar, receio que a sociedade perca confiança no Governo quanto à execução da lei.

Assim sendo, e pelos motivos acima referidos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Segundo as notícias, os moradores da Povoação de Hac-Sá ficaram a saber há meio ano que foram realizadas ali algumas obras³, e a DSSOPT só veio a ordenar a sua suspensão no final de Janeiro deste ano. Durante esse período, a DSSOPT e outros serviços competentes receberam algumas queixas sobre o caso? Se receberam, deram acompanhamento imediato?

³ In Jornal Exmoo, de 1/3/2018: <http://www.exmoo.com/article/56498.html>



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. Qual é a situação do funcionamento dos mecanismos de fiscalização de terrenos, de cooperação e de notificação de irregularidades nesse âmbito, existentes nos serviços competentes, nomeadamente na DSCC? Como é que estes justificam que uma grande área de espaço verde e de água tenha sido alterada à toa sem terem qualquer conhecimento?

3. No presente caso de obras ilegais, a capacidade do Governo para suspendê-las deixa os cidadãos desapontados. É necessário saber que são irreversíveis as alterações morfológicas dos terrenos, e que a danificação do ambiente ecológico constitui grandes prejuízos para todos os cidadãos de Macau, portanto, em situação extrema, o Governo deve adoptar medidas mais eficazes para a suspensão de obras ilegais. Isto já foi ponderado?

A Deputada à Assembleia Legislativa

da Região Administrativa Especial de Macau,

Lam lok Fong

5 de Março de 2018